

INDÍCE REMISSIVO

Sobre a Legalidade da cláusula	
Legislação	
Introdução (leitura obrigatória)	
Orientações e regras	
Forma de Recolhimento	item 01
Recolhimento a maior ou em duplicidade	item 02
Apresentação de documentos	item 03
Certificado de Regularidade	item 04
Cartão Pré-pago de Benefícios	item 05
Sanções pactuadas	item 06
Inadimplência ou recolhimento a menor	item 06
Forma de Disponibilização dos Benefícios Sociais	
Atendimento	item 07
Cartões de Identificação e Procedimentos	item 08
Comunicação de Eventos	item 09
Conjunto de Benefícios Sociais Disponíveis	
Benefício Natalidade	item 10
Benefício Cesta Natalidade	item 11
Benefício Farmácia	item 12
Benefício Aposentadoria	item 13
Benefício Orientação	item 14
Benefício Capacitação	item 15
Benefício Cultural	item 16
Manutenção da Renda Familiar	item 17
Benefício Alimentar	item 18
Serviço Funeral	item 19
Benefício Financeiro Imediato	item 20
Reembolso de Rescisão	item 21
Reembolso de Licença Maternidade	item 22
Reembolso de Licença Paternidade	item 23
Incapacitação Permanente para o Trabalho	item 24
Cônjuge e filhos	item 25
Benefício Farmácia Natalidade	item 26
Benefício Enfermidade	item 27
Benefício Acidente	item 28
Benefício Pós-Cirúrgico	item 29
Benefício Alimentar por Afastamento	item 30
Benefício Auxílio Creche	item 31
Benefício Vida em Grupo	item 32
Benefício Qualificação	item 33
Benefício Medicina e Segurança do Trabalho	item 34
Benefício Saúde	item 35
Benefício Empréstimo Consignado	item 36
Benefício Licença Casamento	item 37
Benefício Casamento	item 38
Benefício Gestão e Cobrança	item 39
Disposições Gerais	item 40
Benefícios definidos pelas Entidades	item 41
TABELA DE BENEFÍCIO SOCIAIS	

SOBRE A LEGALIDADE DA CLÁUSULA

Abaixo reproduzimos a parte conclusiva da NOTA TÉCNICA/CGRT/SRT/MTE/No. 92/2008 da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

16. Ao Ministério do Trabalho e Emprego, no exercício de sua atribuição de registrar às convenções e acordos coletivos de trabalho, cabe verificar o cumprimento dos requisitos formais, e verificar, após o registro, se as cláusulas negociadas afrontam a legislação vigente, para fins de convocação das partes, no intuito de corrigir as irregularidades constatadas e, na falta dessa correção, informar ao Ministério Público do Trabalho.

17. Nesse sentido, entende-se cabível a análise do tema, tão-somente para verificação da legalidade ou ilegalidade da cláusula convencionada denominada "benefício social familiar".

18. Da análise dos documentos acostados pela consulente, bem como da legislação que rege os seguros (somente no que respeita às relações contratuais, sem adentrar na natureza jurídica), não se observou, do ponto de vista das relações de trabalho, contrariedade das normas convencionadas ao ordenamento jurídico.

19. É certo que o direito do trabalho tem por princípio e fundamento primordial a proteção do trabalhador antes, durante e após a relação de emprego, e prevê proteção especial, ainda, a seus dependentes e sucessores.

20. Diferentemente de outros ramos do direito, o direito do trabalho se constitui de bases constitucionais, legais e negociadas, haja vista que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional prevêm que os direitos negociados fazem lei entre as partes.

21. Muito se debate o alcance do direito negociado, em face do reconhecimento, pela Carta Magna, dos pactos entre entidades sindicais de trabalhadores e empregadores e suas entidades sindicais.

22. Diante do quadro que se afigura perante os direitos estabelecidos em uma negociação coletiva, é consenso no mundo do trabalho a importância dos dispositivos negociados que trazem benefícios para o trabalhador além dos previstos em lei, tendo em vista que as entidades sindicais e empregadores podem estipular condições mais próximas à realidade de cada categoria do que a lei, que se aplica a todos indiscriminadamente.

23. E é exatamente nesse contexto que devem ser analisadas as cláusulas convencionadas que prevêm benefícios ao trabalhador e à sua família em caso de infortúnio.

24. Com efeito, sem adentrar, como já dito, na discussão acerca da possível identificação dos benefícios previstos em convenção coletiva de trabalho com a cobertura de uma apólice de seguro, pode-se, por meio da aplicação pura dos fundamentos do direito do trabalho, concluir pela legalidade de tais cláusulas.

25. Observa-se que, da forma contida nos documentos acostados aos autos, a cláusula de benefício social proporciona mais um benefício ao trabalhador acometido de um infortúnio que resulte em sua invalidez, e à sua família, caso o infortúnio resulte em falecimento.

26. Não se vislumbra, de uma análise perfunctória do tema, prejuízos ao trabalhador, mesmo em se tratando de um benefício condicionado ao pagamento prévio de um valor estipulado, dado que esse pagamento provavelmente não se confunde com o prêmio de uma apólice de seguros, especialmente em face de suas regras resultarem da livre negociação entre os trabalhadores e empregadores.

27. Diante do exposto, do ponto de vista das relações do trabalho, e em face da liberdade de negociação entre as partes consagrada pela Constituição Federal, entende-se não haver ilegalidade na cláusula denominada "benefício social familiar".

Esta é a informação, submetida à apreciação superior.

Brasília, 10 de novembro de 2008.

CCO
Ass. 05/12/2008
Min. do T. e E.
COC-27/13.11.11/13-148

LEGISLAÇÃO

Abaixo, reproduzimos trechos de artigos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Consolidação das Leis do Trabalho, a qual garantem a legitimidade deste benefício.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos :

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, na estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo Único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

TITULO VI

CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acôrdo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

INTRODUÇÃO

Preparamos este manual com o intuito de orientar os Departamentos de Pessoal e Recursos Humanos, para melhor instruírem seus trabalhadores, auxiliando desta maneira na divulgação do Benefício Social Familiar estabelecido pelo seu sindicato.

O Benefício Social Familiar tem como objetivo, amparar e transmitir tranquilidade aos trabalhadores e seus familiares nos momentos mais importantes de suas vidas, de forma imediata e sem quaisquer burocracias, carências ou pré-existências, independente, inclusive, do fato da empresa estar ou não contribuindo na forma prevista em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Os benefícios sociais descritos neste Manual de Orientação e Regras poderão ser disponibilizados pelo seu sindicato, separadamente ou em grupos, de acordo com as necessidades do segmento profissional, e ainda poderão ser criados novos benefícios para uma melhor relação entre os trabalhadores, empresas e sindicatos. Tais benefícios deverão ser previstos em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Na ocorrência de imprevistos, sérios problemas sociais podem surgir, uma vez que, raramente, as famílias contam com reservas financeiras, o que as obrigam a criar formas para angariar fundos entre familiares, vizinhos ou colegas de trabalho, como rifas, "vaquinhas" ou empréstimos, sujeitando todos a um grande constrangimento.

Este conjunto de benefícios visa preencher uma lacuna entre o fato imprevisto e a reestruturação financeira, seja ela por novas fontes de renda ou o efetivo recebimento da indenização das apólices de seguro pelas famílias dos trabalhadores, seguro este que recomendamos como um plus financeiro aos trabalhadores e suas famílias, uma vez que o Benefício tem a característica de prestação de serviços sociais e apoio imediato, e as apólices possuem caráter indenizatório, e ainda esbarram em uma série de restrições legais para que a indenização ocorra, como por exemplo, exige comprovação inequívoca da condição de beneficiário do falecido, como, legitimidade de uma união estável, legitimidade de filhos, ação de tutela para menores que ficaram órfãos, entre outros, o que nem sempre é fácil de ser obtido, ou seja, até que se identifiquem os beneficiários, as famílias dos trabalhadores pode contar com o Benefício Social Familiar disponibilizado pelos sindicatos, evitando que haja a desagregação familiar, pela falta de alimentos e recursos, evitando um possível problema social.

Assim, para atendimento imediato aos trabalhadores e suas famílias, foi desenvolvido o Benefício Social Familiar, ágil e desburocratizado, para solução dessas questões.

ORIENTAÇÃO E REGRAS

01.) FORMA DE RECOLHIMENTO:

- 01.1)** Os boletos para recolhimento desta contribuição, estarão à disposição no site www.beneficiosocial.com.br, os quais deverão ser preenchidos mensalmente, com base no "total de empregados do último dia" do **EXTRATO DO CAGED** do mês anterior ao vencimento do boleto ou o último declarado ao MTE.
- 01.2)** Por ser o **EXTRATO DO CAGED**, o documento oficial utilizado como base de cálculo para recolhimento do benefício, caso sua empresa contribua pelo total do **EXTRATO DO CAGED**, conforme descrito no item 1.1, fica a mesma dispensada de inserir no sistema de geração de boletos, a relação de trabalhadores beneficiados.
- 01.3)** Caso o empregador contribua por um total diferente do solicitado no item 1.1, a mesma deverá inserir no sistema de geração dos boletos a relação dos trabalhadores que não terão direito ao benefício ou a relação total daqueles que tem direito.
- 01.4)** Permite-se a redução do número de trabalhadores indicados no **EXTRATO DO CAGED**, em caso de trabalhadores pertencentes a outra categoria profissional e não houver interesse de que estes tenham direito ao Benefício Social Familiar. Nesta hipótese o empregador deverá atender o disposto no item 1.3.
- 01.5)** No caso de oposição formal do trabalhador junto à Entidade Laboral que o representa, tal situação deverá ser informada a gestora, através do site e quando da geração do boleto, ficando a empresa responsável pelo pagamento da parte da contribuição a ela imposta e descrita no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- 01.6)** Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento a partir do décimo terceiro mês. Nesta hipótese, o empregador deverá, quando da geração do boleto no site, nomear individualmente, à gestora, essa redução, ficando garantido ao empregado afastado todos os benefícios sociais previstos durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.
- 01.7)** O empregador, seu representante legal ou preposto, serão responsabilizados pelas informações prestadas quando da geração dos boletos ou da comunicação de eventos, estando cientes que qualquer declaração de fato inverídico, constitui crime na forma da lei, podendo gerar ônus a empresa e detenção do responsável pelas informações fornecidas a gestora do Benefício Social Familiar.
- 01.8)** Os trabalhadores farão jus aos benefícios sociais definidos pelas Entidades, do primeiro ao último dia do mês, sendo que

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

a quitação do boleto deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 10 (dez) do mesmo mês.

01.9) Em caso de demissão, abandono de emprego ou desligamento de trabalhador, antes da ocorrência de qualquer evento, o mesmo, perde o direito aos benefícios sociais definidos pelas Entidades.

02.) RECOLHIMENTO A MAIOR OU EM DUPLICIDADE:

02.1) Efetuando o empregador, recolhimento com base em número de trabalhadores superior ao devido, o valor pago a maior será devolvido se solicitado a gestora por escrito, mediante apresentação do **EXTRATO DO CAGED** utilizado para a geração do respectivo boleto de pagamento e desde que, não haja débitos anteriores. Esta solicitação deverá ser encaminhada à gestora até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês do recolhimento a maior; caso o valor pago a maior seja solicitado após o 25º (vigésimo quinto) dia, o valor se tornará um crédito ao empregador, para abatimento no recolhimento no próximo vencimento e/ou posteriores.

03.) APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS:

03.1) O empregador, sempre que solicitado pelas Entidades ou pela gestora do Benefício Social Familiar, deverá apresentar o **EXTRATO DO CAGED** e/ou outros documentos necessários à continuidade da disponibilização dos benefícios sociais aos trabalhadores e envio para auditoria.

03.2) Por ter cunho social e imediato, nos casos em que haja mais de 1 (um) beneficiário, deve um deles representar os demais, apresentando declaração assinada com firma reconhecida em cartório, assumindo a veracidade das informações e responsabilidade pela distribuição dos benefícios sociais.

4) CERTIFICADO DE REGULARIDADE:

4.1) Será disponibilizado um novo Certificado de Regularidade, a cada mês, com validade até o vencimento da próxima contribuição do Benefício Social Familiar.

4.2) Tal certificado deverá ser apresentado em licitações, homologações trabalhistas ou na necessidade de comprovação de que a empresa está em dia com obrigação trabalhista prevista em Convenção Coletiva de Trabalho.

4.3) Visando maior celeridade na obtenção do Certificado de Regularidade, as empresas ficam obrigadas a comunicar formalmente a gestora quando do início, encerramento ou paralisação de suas atividades, acompanhado do primeiro ou último **EXTRATO DO CAGED**, conforme o caso.

05.) CARTÃO PRÉ-PAGO PARA BENEFÍCIOS:

05.1) O Cartão pré-pago para Benefícios é um cartão protegido por senha, e visa facilitar a disponibilização dos diversos benefícios sociais, gerando maior segurança e praticidade aos trabalhadores ou seus familiares.

05.2) Neste cartão, a gestora poderá creditar valores mensais definidos pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", o qual será encaminhado aos trabalhadores ou a seus familiares.

05.3) O trabalhador ou seus familiares poderão utilizar esse

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

cartão para saques e transferências nos caixas eletrônicos, e efetuar compras em estabelecimentos credenciados.

- 05.4)** Para desbloqueio e validação do mesmo, o empregador deverá fornecer ao trabalhador ou a seus familiares, o número do protocolo do comunicado feito à gestora dos benefícios sociais (item 09.1 deste Manual). Com o número deste protocolo em mãos e após receber o cartão, o trabalhador ou arrimo da família, deverá validá-lo, na central de atendimento do Benefício Social Familiar, no **DDG 0800 580 3738**. O cartão estará pronto para uso e com o benefício creditado em 48 horas úteis após a confirmação da validação.
- 05.5)** Além do Cartão pré-pago para Benefícios indicados nos itens anteriores, o Benefício Social Familiar disponibiliza outros cartões, como, Cartão Farmácia, Cartão Cultural e Cartão Saúde, e todos esses cartões são pessoais e intransferíveis, ficando o beneficiário responsável pela sua guarda e utilização do saldo disponível. Sua entrega ou utilização a terceiros será de sua inteira responsabilidade.
- 05.6)** Em caso de perda, o trabalhador ou arrimo da família poderão solicitar a reposição do Cartão pré-pago para Benefícios, Cartão Farmácia ou Cartão Saúde. O custo da segunda via, dos referidos cartões, será de inteira responsabilidade do solicitante.

06.) SANÇÕES PACTUADAS:

- 06.1)** Visando evitar que haja um descompasso financeiro na gestão e administração do Benefício Social Familiar, em caso do empregador, por qualquer motivo, deixar de efetuar o recolhimento na data pactuada em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, ou recolher por quantidade de trabalhadores inferior a constante no campo "total de empregados do último dia", do último **EXTRATO DO CAGED**, sem justo motivo, este deverá reembolsar a Entidade, através de sua gestora, o valor total dos benefícios que serão disponibilizados, e a título de multa, o dobro do valor deverá ser pago de imediato ou quando do pagamento da rescisão trabalhista, diretamente ao trabalhador ou sua família, tal multa terá como valor mínimo o triplo do salário base de sua categoria profissional.
- 06.2)** Em casos de reincidência, do empregador, pelo descumprimento da obrigação prevista em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, as sanções indicadas no item 06.1 serão pagas em dobro, por cada infração cometida pelo empregador, em favor da parte prejudicada, Entidades ou trabalhador e sua família.
- 06.3)** Caso o empregador regularize a situação de inadimplência no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da comunicação formal feita pela gestora, este ficará isento das responsabilidades descritas nos itens anteriores (06.1 e 06.2).
- 06.4)** Antes da aplicação das sanções, pela gestora, as Entidades Convenientes serão consultadas e poderão, de comum acordo, isentar a empresa quanto ao cumprimento destas.
- 06.5)** Os valores porventura não contribuídos serão devidos e passíveis de cobrança extrajudicial e/ou judicial,

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso nos órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SCPC e outros).

- 06.6)** Se houver desconto dos trabalhadores ou em caso de os empresários provisionarem o valor do Benefício Social Familiar, em suas planilhas de custo, sem o devido repasse as Entidades, em tese, restará configurado o ilícito penal de apropriação indébita previsto no art. 168 do Código Penal Brasileiro.

FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Sendo seu caráter imediato e inadiável, ficam disponíveis os **DDGs 0800 773 3738** ou **0800 580 3738**.

Tão logo os empregadores tenham ciência da ocorrência de evento que permita a disponibilização de benefício social aos trabalhadores, definido pelas Entidades e discriminados no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" constante deste manual, deverão formalizar imediatamente a comunicação no site da gestora: www.beneficiosocial.com.br, sob pena das sanções e penalidades previstas neste Manual de Orientação e Regras, e previstas em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

Ao formalizar o comunicado, os empregadores deverão preencher corretamente os dados solicitados, os quais visam também alimentar as diversas estatísticas necessárias para elaboração de mapas demográficos e outras necessárias ao setor, sob pena de responder pela divulgação de informações falsas.

Os documentos hábeis para início da disponibilização do Benefício Social Familiar são: Carteira profissional ou ficha de registro do trabalhador, com a identificação da empresa. Se algum benefício for estendido a cônjuges ou filhos menores oficialmente reconhecidos, além dos documentos já mencionados, deverão ser apresentados, conforme o caso, a certidão de casamento ou documento de reconhecimento da união estável, mesmo entre pessoas do mesmo sexo, (judicial, cartorial ou pelo INSS), certidão de nascimento ou carteira de identidade do filho menor.

Outros documentos **SOMENTE DEVEM SER ENVIADOS SE EXPRESSAMENTE SOLICITADOS**, se reservando, as Entidades ou sua gestora, no direito de solicitar quaisquer documentos para disponibilizar a correta prestação dos benefícios sociais.

07.) ATENDIMENTO:

- 07.1)** Para dúvidas, sugestões e solicitações do Benefício Social Familiar, estará em funcionamento no horário comercial (horário de Brasília), os sistemas abaixo:

- DDG 0800 773 3738
- DDG 0800 580 3738
- e-mail atendimento@beneficiosocial.com.br
- Fale Conosco, disponível em www.beneficiosocial.com.br
- WhatsApp, disponível em www.beneficiosocial.com.br

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

- Chat Online, disponível em www.beneficiosocial.com.br
 - Aplicativo, disponível nas plataformas IOS e Android.
- 07.2) Para atendimento do Serviço Funeral estará à disposição o sistema telefônico **DDG 0800 773 3738** ou **0800 580 3738**, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- 07.3) Em caso de inoperância técnica do sistema telefônico, será informado no site www.beneficiosocial.com.br, outras formas de contato.
- 08.) **CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDIMENTOS:**
- 08.1) Poderão ser disponibilizados cartões de identificação, divulgação e procedimentos em quantidade suficiente para distribuição a todos os trabalhadores do setor beneficiado.
- 08.2) Os cartões serão encaminhados a empresa, com base no número de trabalhadores declarados no primeiro recolhimento. Quando da reposição, a empresa deverá requisitar a quantidade pelo site www.beneficiosocial.com.br.
- 08.3) Fica sob responsabilidade da empresa, a distribuição imediata dos cartões a todos os trabalhadores do segmento atendido pelo Benefício Social Familiar.
- 09.) **COMUNICAÇÃO DE EVENTOS:**
- 09.1) Os benefícios sociais definidos pelas Entidades e indicados no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"**, deverão ser formalmente comunicados exclusivamente no site da gestora: www.beneficiosocial.com.br. Quando do envio do comunicado, o solicitante receberá no e-mail informado, **uma cópia do comunicado com um número de protocolo, o qual deverá ser usado para solicitações e acompanhamento junto à gestora.**
- 09.2) Devido as características de atendimento imediato e inadiável, para que os benefícios sociais tenham seu objetivo alcançado, os mesmos deverão ser comunicados formalmente à gestora, no ato de sua ocorrência e/ou ciência por parte do empregador.
- 09.3) Se o empregador tiver conhecimento de algum evento definido no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"** deste Manual de Orientação e Regras e não providenciar a comunicação formal à gestora, **no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias corridos, a contar do dia da ocorrência do fato,** estará sujeito às **"SANÇÕES PACTUADAS"** descritas no **"item 6"**, como se inadimplente estivesse, além de ressarcir a Entidade ou sua Gestora, as despesas processuais e advocatícias causadas por sua omissão ou inércia, caso estas venham a ocorrer. Para os eventos que tratam da natalidade de filhos de trabalhadores, o prazo de comunicação fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos.
- 09.4) Por ter cunho social e imediato, nos casos em que haja mais de 1 (um) beneficiário deve um deles representar os demais, apresentando declaração assinada com firma reconhecida em cartório, assumindo a veracidade das informações e responsabilidade pela distribuição dos valores.

CONJUNTO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DISPONÍVEIS

10.) BENEFÍCIO NATALIDADE:

- 10.1) O presente benefício será disponibilizado aos trabalhadores quando do nascimento de filho e tem como objetivo encaminhar uma verba à família do recém-nascido para contribuir com o conforto e adaptação na chegada do novo ente querido, sem qualquer comprovação de gasto. Este benefício será disponibilizado também, nos casos de adoção comprovada, desde que a criança, por ocasião da comunicação formal à gestora, tenha no máximo noventa dias de vida.
- 10.2) O benefício será encaminhado prioritariamente aos cuidados da mãe do recém-nascido por meio de cheque, crédito em conta corrente, ou outros meios, no valor e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", não podendo ser substituído por produtos ou bens materiais. Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado. Na falta ou ausência da mãe ou pai, o pagamento será nominal ao responsável legal pelo bebê.

11.) BENEFÍCIO CESTA NATALIDADE:

- 11.1) O presente benefício será disponibilizado aos trabalhadores quando do nascimento de filho e tem como objetivo encaminhar produtos úteis ao recém-nascido e sua mãe.
- 11.2) Devido ao caráter social, este benefício não poderá ser prestado em espécie (dinheiro ou outra opção equivalente) e será entregue diretamente na residência da mãe do recém-nascido, no valor e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**". Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado.
- 11.3) Nos casos em que a entrega seja inviável, por se tratar de região de alto risco aos prestadores ou de difícil acesso ao local, excepcionalmente, poderá ser substituído por crédito em conta corrente ou outros meios, a critério da gestora. Caso este benefício seja disponibilizado em mais de uma parcela, não poderá ser creditado o valor total de uma única vez, para que não haja desvio da finalidade deste benefício social.

12.) BENEFÍCIO FARMÁCIA:

- 12.1) O presente benefício tem como objetivo permitir o acesso familiar a medicamentos, em caso de incapacitação permanente para o trabalho ou falecimento do trabalhador, e poderá disponibilizar uma verba adicional por um período, para que os medicamentos não tenham custos à família, além de descontos em rede credenciada de farmácias.
- 12.2) Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será encaminhado um cartão físico e nominal com validade de 3 (três) anos, que será entregue na residência do trabalhador ou arrimo da família, para descontos em rede

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

credenciada.

12.3) Neste cartão ou por outros meios, a critério da gestora, será creditado a verba adicional definida pelas Entidades e indicado no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"**.

13.) BENEFÍCIO APOSENTADORIA:

13.1) O presente benefício, tem como objetivo gratificar, por mera liberalidade, os trabalhadores pelos serviços prestados ao segmento profissional, quando da sua aposentadoria por tempo de contribuição ou idade, com a disponibilização de verba definida pelas Entidades e indicado no valor e número de parcela indicado no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"**, sem qualquer comprovação de gastos.

13.2) A verba definida pelas Entidades será depositada diretamente na conta corrente bancária do trabalhador, podendo, por mera liberalidade da gestora, ser substituído por cartão de débito ou outros meios.

13.3) Para fazer jus a este benefício, o trabalhador deverá apresentar cópia da carta de concessão de sua aposentadoria e comprovar que esteve atuando no segmento há pelo menos 5 (cinco) anos consecutivos, a contar do pedido de requerimento da aposentadoria, ou 10 (dez) anos com interrupções, desde que os 2 (dois) últimos anos sejam ininterruptos no segmento. Tal comprovação deverá ser feita obrigatoriamente através de carteira de trabalho.

14.) BENEFÍCIO ORIENTAÇÃO:

14.1) Tem como objetivo a disponibilização de um (a) assistente social profissional que irá até a residência do trabalhador ou arrimo da família, para levantamento da situação familiar visando sua reestruturação, promovendo as orientações necessárias por meio de laudos e relatórios, encaminhados aos familiares e Entidades, em caso de incapacitação permanente ou falecimento de trabalhador.

14.2) O valor deste benefício será encaminhado diretamente ao assistente social profissional destacado ao atendimento da família, no valor e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"**.

15.) BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO:

15.1) O presente benefício tem como objetivo criar novas oportunidades profissionais aos familiares, nos casos de incapacitação permanente ou falecimento do trabalhador, por meio de cursos de capacitação profissional na área de interesse do beneficiado, para manutenção e melhoria da renda familiar, podendo incluir sua locomoção e alimentação.

15.2) A prestação deste benefício está vinculada à efetiva matrícula do beneficiado em curso de capacitação profissional e apresentação de declaração firmada pela entidade de ensino, contendo a razão social, CNPJ e dados bancários da escola, assim como os dados do aluno e curso pretendido.

15.3) O valor do benefício, definido pelas Entidades e indicado no item **"TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS"** será encaminhado diretamente à escola, para pagamento do curso pretendido e aquisição de materiais didáticos necessários. Caso o curso

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

tenha um valor menor que o disponibilizado pelas Entidades, a diferença será creditada diretamente na conta corrente do aluno ou por outros meios, a critério da gestora, para contribuir no custeio de condução e alimentação.

- 15.4) Caso este benefício esteja disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" e não contenha valor específico, o mesmo será prestado gratuitamente pelas Entidades envolvidas, através de cursos profissionalizantes por eles administrados.

16.) **BENEFÍCIO CULTURAL:**

- 16.1) Este benefício tem como objetivo viabilizar o acesso cultural e social do trabalhador e seus familiares, através da aquisição de material literário para formação e reestruturação da família, quando da comprovação de incapacitação permanente para o trabalho ou falecimento do trabalhador.

- 16.2) O beneficiado terá direito a uma verba mensal, disponibilizada por meio de cartão físico e que será entregue na residência do trabalhador ou arrimo da família, no valor e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**".

- 16.3) Por ter cunho social e estritamente cultural, o valor somente poderá ser utilizado para compras, exclusivamente, nas Lojas Saraiva e Siciliano, ou diretamente nos sites www.saraiva.com.br e www.siciliano.com.br.

- 16.4) O prazo de validade estará impresso junto ao cartão, o qual será remetido para a residência do trabalhador ou arrimo da família.

- 16.5) O cartão, por ser um vale-compra ao portador e sem identificação, não será repostado em hipótese alguma.

17.) **MANUTENÇÃO DA RENDA FAMILIAR:**

- 17.1) Este benefício tem como objetivo disponibilizar ao trabalhador ou arrimo da família, valores mensais depositados diretamente na sua conta corrente bancária, podendo por mera liberalidade da gestora, ser substituído por cartão de débito ou outros meios, na ocorrência de incapacitação permanente ou falecimento do trabalhador, com intuito de cobrir as despesas básicas da família por um período de adaptação, reestruturação e viabilidade de novas rendas aos familiares.

- 17.2) O número de parcelas e valor mensal, definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", será disponibilizado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao recebimento dos documentos solicitados expressamente pela gestora.

- 17.3) A partir da segunda parcela, os valores auferirão rendimentos de poupança, e tais rendimentos serão acrescidos à última parcela disponibilizada ao trabalhador ou arrimo da família, pelo Benefício Social Familiar

18.) **BENEFÍCIO ALIMENTAR:**

- 18.1) Este benefício tem como objetivo encaminhar mensalmente, alimentos de variedade e de boa qualidade, diretamente na re-

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

sidência do trabalhador ou arrimo da família, nos casos de incapacitação permanente ou falecimento do trabalhador.

- 18.2) O valor da cesta de alimentos e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", será encaminhado diretamente na residência do trabalhador ou do arrimo. Nos casos em que a entrega seja inviável, por se tratar de região de alto risco aos prestadores ou de difícil acesso ao local, excepcionalmente, poderá ser substituído por crédito mensal em conta corrente ou outros meios, a critério da gestora, para compra de mantimentos em redes de supermercados, não podendo ser creditado o valor total de uma única vez, para que não haja desvio na finalidade deste benefício.

19.) **SERVIÇO FUNERAL:**

- 19.1) Este benefício tem como objetivo disponibilizar um agente habilitado que acompanhará os familiares, auxiliando nas despesas e nos procedimentos necessários ao funeral e sepultamento, independente da causa, local, ou horário do falecimento.

- 19.2) A carteira profissional do trabalhador ou ficha de registro de empregado, com a identificação da empresa e CNPJ, será o único documento necessário para início da prestação dos serviços funerais. Se este benefício for estendido a cônjuge ou filho menor oficialmente reconhecido, além dos documentos já mencionados, deverão ser apresentados, conforme o caso, a certidão de casamento ou documento de reconhecimento da união estável, mesmo entre pessoas do mesmo sexo, (judicial, cartorial ou pelo INSS), certidão de nascimento ou carteira de identidade do filho menor.

- 19.3) A prestação personalizada dos serviços funerais e sepultamento será custeada até o valor limite definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", de acordo com o credo religioso da família do trabalhador.

- 19.4) Ao comunicar falecimento, o arrimo da família poderá optar por serviço de menor custo, ou mesmo dispensá-lo. O valor ou a diferença será disponibilizado em conta corrente ou outro meio, a critério da gestora, em parcela única, após recebimento dos documentos que possibilitem a identificação do beneficiário.

- 19.5) Caso este benefício não possa ser prestado de imediato, por falta de comprovação documental do trabalhador ou identificação da empresa, o valor indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", será encaminhado posteriormente, após recebimento pela Gestora, dos documentos solicitados.

20.) **BENEFÍCIO FINANCEIRO IMEDIATO:**

- 20.1) Tem como objetivo disponibilizar um valor diretamente a família no momento da realização dos procedimentos funerais, para despesas emergenciais, sem comprovação de gasto. O valor e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será entregue diretamente ao familiar ou responsável, definido no ato do acionamento do serviço de funeral. Tal valor poderá ser usado em sua totalidade, para suprir outros gastos com o serviço funerário, mediante autorização do familiar ou responsável.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

Caso este valor não seja utilizado para o funeral ou sua entrega imediata pelo agente seja impossibilitada por motivos alheios, a gestora efetuará o crédito em conta corrente ou outro meio, a seu critério, após o recebimento, análise e comprovação dos documentos solicitados.

- 20.2) Caso o Benefício Social Familiar, não seja acionado para os devidos serviços funerários, o valor será encaminhado aos familiares, após o recebimento, análise e aprovação dos documentos solicitados, em conta corrente ou outro meio, a critério da gestora.
- 21.) **REEMBOLSO DE RESCISÃO:**
- 21.1) Tem como objetivo reembolsar o empregador até o valor limite determinado pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", em decorrência de rescisão trabalhista havida em caso de incapacitação permanente para o trabalho ou falecimento do trabalhador. O empregador deverá encaminhar à gestora, cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho devidamente assinado ou documento equivalente, e seus dados bancários para crédito do valor.
- 22.) **REEMBOLSO DE LICENÇA MATERNIDADE:**
- 22.1) Tem como objetivo reembolsar o empregador até o valor limite determinado pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", em decorrência do afastamento da trabalhadora por licença maternidade. O empregador deverá encaminhar à Gestora, cópia da certidão de nascimento do recém-nascido e seus dados bancários para crédito do valor. Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado.
- 23.) **REEMBOLSO DE LICENÇA PATERNIDADE:**
- 23.1) Tem como objetivo reembolsar o empregador até o valor limite determinado pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", em decorrência do afastamento do trabalhador por licença paternidade. O empregador deverá encaminhar a Gestora, cópia da certidão de nascimento do recém-nascido e seus dados bancários para crédito do valor. Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado.
- 24.) **INCAPACITAÇÃO PERMANENTE PARA O TRABALHO:**
- 24.1) O presente benefício foi elaborado exclusivamente para atender os trabalhadores que forem considerados **total e permanentemente incapacitados para o exercício de atividades profissionais, não estando amparadas as demais incapacitações.**
- 24.2) A incapacitação total e permanente deverá ser comunicada formalmente pelo empregador, diretamente à gestora, mediante preenchimento de formulário disponível no site www.beneficiosocial.com.br, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da ciência, por parte do empregador, desta incapacitação permanente.
- 24.3) Nessa condição, os trabalhadores poderão fazer jus ao: **BENEFÍCIO FARMÁCIA, BENEFÍCIO ORIENTAÇÃO, BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO, MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR e BENEFÍCIO ALIMENTAR**, caso disponibilizados no item "**TABELA DE**

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

BENEFÍCIOS SOCIAIS", na forma e condição prevista pelas Entidades.

- 24.4) Visando o atendimento imediato do trabalhador, a manutenção do seu sustento, e amenizar problemas financeiros e alimentares, a disponibilização da **MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR** e **BENEFÍCIO ALIMENTAR**, poderá ser antecipada pelo período de 2 (dois) meses consecutivos, mediante apresentação à gestora, de declaração ou relatório médico informando o CID da doença e a incapacitação total e permanente do trabalhador.
- 24.5) A prestação antecipada indicada anteriormente será deduzida da totalidade dos benefícios definidos pelas Entidades e indicados no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", e as demais parcelas serão continuadas após a comprovação da incapacitação total e permanente por instituição competente.
- 25.) **CÔNJUGE E FILHOS:**
- 25.1) Cônjuge e filhos menores de 18 anos, oficialmente reconhecidos e dependentes econômicos do trabalhador assistido, poderão fazer jus a benefícios sociais, desde que, estes tenham sido definidos pelas Entidades, e serão prestados nas mesmas condições previstas nos itens respectivos deste Manual de Orientação e Regras, no valor e número de parcela indicados no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**".
- 26.) **BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE:**
- 26.1) O presente benefício tem como objetivo facilitar o acesso familiar a medicamentos, em caso de nascimento de filho de trabalhador (a), podendo disponibilizar uma verba adicional por um período, para que os medicamentos não tenham custos à família, além de descontos em rede credenciada de farmácias.
- 26.2) Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será encaminhado um cartão físico e nominal à mãe do bebe, com validade de 3 (três) anos, neste cartão ou por outros meios, a critério da gestora, será creditado a verba adicional definida pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**". Na falta ou ausência da mãe, o cartão será nominal ao responsável pelo bebe.
- 26.3) Caso o trabalhador e seu cônjuge trabalhe na mesma empresa ou em empresa da mesma categoria profissional, este benefício será disponibilizado a apenas um deles. Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado.
- 27.) **BENEFÍCIO ENFERMIDADE:**
- 27.1) O presente benefício tem como objetivo facilitar o acesso do trabalhador enfermo à medicamentos, por meio de descontos em rede credenciada de farmácias;
- 27.2) Este benefício será disponibilizado ao trabalhador que estiver afastado por doença a partir do 16º dia da ocorrência, mediante apresentação da carta de concessão de auxílio, no ato da solicitação do benefício, à gestora;
- 27.3) Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será encaminhado um cartão físico e nominal ao trabalhador, com validade de 1 (um) ano, o qual lhe dará acesso a rede

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

credenciada de farmácias.

28.) BENEFÍCIO ACIDENTE:

- 28.1)** O presente benefício tem como objetivo facilitar o acesso do trabalhador à medicamentos, em caso de acidente, podendo disponibilizar uma verba adicional por um período, para que os medicamentos não tenham custos à família, além de descontos em rede credenciada de farmácias.
- 28.2)** Este benefício será disponibilizado ao trabalhador que estiver afastado por acidente a partir do 16º dia da ocorrência, mediante apresentação da carta de concessão de auxílio, no ato da solicitação deste benefício social à gestora;
- 28.3)** Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será encaminhado um cartão físico e nominal ao trabalhador, com validade de 1 (um) ano, o qual lhe dará acesso a rede credenciada de farmácias.
- 28.4)** Neste cartão ou por outro meio, a critério da gestora, poderá ser creditado uma verba adicional definida pelas Entidades e indicada no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**".

29.) BENEFÍCIO PÓS-CIRÚRGICO:

- 29.1)** O presente benefício tem como objetivo facilitar o acesso do trabalhador à medicamentos, em virtude de procedimento cirúrgico ocasionado por acidente, podendo disponibilizar uma verba adicional por um determinado período, para que os medicamentos não tenham custos à família, além de descontos em rede credenciada de farmácias.
- 29.2)** Este benefício será disponibilizado ao trabalhador mediante apresentação de declaração ou relatório médico e carta de concessão do auxílio, no ato da solicitação do benefício social à gestora;
- 29.3)** Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**" será encaminhado um cartão físico e nominal ao trabalhador, com validade de 1 (um) ano, o qual lhe dará acesso a rede credenciada de farmácias, e o mesmo será entregue em sua residência.
- 29.4)** Neste cartão ou por outro meio, a critério da gestora, poderá ser creditado uma verba adicional definida pelas Entidades e indicada no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**".

30.) BENEFÍCIO ALIMENTAR POR AFASTAMENTO:

- 30.1)** O presente benefício tem como objetivo encaminhar alimentos de variedade e de boa qualidade diretamente na residência do trabalhador e sua família, visando amenizar os problemas financeiros e alimentares, nos casos de afastamento por doença ou acidente, a partir do 16º dia da ocorrência, mediante apresentação da carta de concessão de auxílio, no ato da solicitação do benefício social à gestora;
- 30.2)** O valor da cesta de alimentos e número de parcelas serão definidos pelas Entidades e indicados no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**".
- 30.3)** Caso a entrega dos alimentos seja inviável, por se tratar de região de alto risco aos prestadores ou de difícil acesso ao local, excepcionalmente, poderá ser substituído por outra

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

forma de crédito, para compra de mantimentos em redes de supermercados, não podendo ser creditado o valor total de uma única vez, para que não haja desvio na finalidade deste benefício.

31.) BENEFÍCIO AUXÍLIO CRECHE:

31.1) O presente benefício tem como objetivo encaminhar às empresas, até o valor limite e número de parcela definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", no período em que a trabalhadora estiver sob a tutela da Portaria nº 3.296/86 de 03/09/86, alterada pela Portaria nº 670/97 (período de amamentação), com o intuito de amenizar esta despesa imprevista. O empregador deverá encaminhar à gestora, cópia da certidão de nascimento do recém-nascido e seus dados bancários para crédito do valor. Em caso de natimorto este benefício não será disponibilizado.

32.) BENEFÍCIO VIDA EM GRUPO:

32.1) Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", o presente benefício tem como objetivo a gestão da cobrança de seguro de vida em grupo em nome das Entidades, proporcionando maior facilidade de adesão às empresas e gerando um menor custo individual, devido a grande massa de trabalhadores atendidos pelo Benefício Social Familiar. Tais apólices deverão ser contratadas e administradas pelas Entidades diretamente com os corretores de seguro e seguradoras interessadas em atender o segmento.

32.2) No serviço de gestão de cobrança está compreendido somente a captação da relação nominal dos trabalhadores e numerários, os quais serão transferidos em sua totalidade às Entidades, que repassarão os valores às seguradoras, para geração e quitação das faturas correspondentes.

32.3) Fica a cargo das Entidades, corretoras e seguradoras, a divulgação e disponibilização dos meios para comunicação dos sinistros, bem como a regulação e solicitação de documentos.

33.) BENEFÍCIO QUALIFICAÇÃO:

33.1) Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", o presente benefício tem como objetivo viabilizar a qualificação do trabalhador, no segmento profissional em que atua, através de cursos profissionalizantes geridos e concedidos pelas entidades sindicais, os quais poderão ser ministrados pelas próprias entidades ou instituições de ensino especializadas.

34.) BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO:

34.1) Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", este benefício tem como objetivo, reduzir significativamente as despesas das empresas na obtenção dos exames admissionais, periódicos, demissionários, PCMSO, PPRA, LTCAT, e demais laudos técnicos exigidos pela NR-9, relativos à Medicina e Segurança do trabalhador.

34.2) Ficará à disposição das empresas um sistema on-line para, pagamento, agendamento e a obtenção de tais documentos, bem como acesso à rede credenciada de clínicas.

34.3) Conforme a quantidade de trabalhadores do segmento contribuindo mensalmente com o Benefício Social Familiar, será dis-

ponibilizada uma unidade móvel de atendimento, a qual poderá ser enviada ao local de trabalho, mediante disponibilidade de agendamento, evitando, assim, o deslocamento do trabalhador e conseqüentemente sua ausência no posto de serviço.

- 34.4) Devido às peculiaridades técnicas e operacionais deste benefício, a seu critério, a gestora contratará empresas especializadas em assessoria e consultoria em saúde e medicina do trabalho, especificamente para prestar estes serviços, a qual credenciará as clínicas, cederá as unidades móveis de atendimento e sistema on-line para cadastramentos, agendamentos e pagamentos.

35.) **BENEFÍCIO SAÚDE:**

- 35.1) Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", este benefício tem como objetivo propiciar ao trabalhador e seus familiares a realização de consultas e/ou exames em rede credenciada de clínicas e laboratórios particulares, com valores significativamente menores que os praticados na região.

- 35.2) Devido as peculiaridades técnicas e operacionais deste benefício, a seu critério, a gestora contratará empresas especializadas, especificamente para prestar estes serviços.

- 35.3) Caso disponibilizado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", o benefício será estendido para todos os trabalhadores vinculados à Convenção Coletiva de Trabalho, devendo a empresa atualizar mensalmente a relação nominal quando da geração do boleto no site da gestora do Benefício Social Familiar (www.beneficiosocial.com.br).

- 35.4) A operadora de saúde encaminhará os cartões de identificação pessoal, diretamente na empresa para entrega aos trabalhadores, para que os mesmos tenham acesso à rede credenciada de clínicas e laboratórios particulares.

36.) **BENEFÍCIO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO:**

- 36.1) Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", este benefício tem como objetivo propiciar aos trabalhadores uma linha de crédito consignado de forma rápida e desburocratizada, com juros significativamente menores que os praticados na região.

- 36.2) Devido as peculiaridades técnicas e operacionais deste benefício, a seu critério, a gestora contratará empresas especializadas, especificamente para prestar estes serviços.

37.) **BENEFÍCIO LICENÇA CASAMENTO:**

- 37.1) Este benefício tem como objetivo reembolsar as empresas até o valor limite determinado pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", em decorrência de licença prevista na CLT, ocorrida em virtude de casamento de trabalhador do segmento. Ao fazer a comunicação, o empregador deverá encaminhar à gestora, a ficha de registro do trabalhador, cópia da certidão de casamento lavrada em Cartório Civil das Pessoas Naturais, e dados bancários da empresa para crédito do valor.

- 37.2) Caso o trabalhador e seu cônjuge trabalhe na mesma empresa ou em empresa da mesma categoria profissional, este benefício será disponibilizado a ambos.

38.) BENEFÍCIO CASAMENTO:

- 38.2)** Este benefício tem como objetivo propiciar um bônus ao trabalhador, quando do seu casamento, até o valor limite determinado pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", disponibilizando valor em sua conta corrente, cartão de débito, ou outro meio, a critério da gestora, de forma rápida e desburocratizada. Ao preencher a comunicação, o empregador deverá encaminhar à gestora, a ficha de registro do trabalhador e cópia da certidão de casamento lavrada em Cartório Civil das Pessoas Naturais.
- 38.3)** Caso o trabalhador e seu cônjuge trabalhe na mesma empresa ou em empresa da mesma categoria profissional, este benefício será disponibilizado a ambos.

39.) BENEFÍCIO GESTÃO E COBRANÇA:

- 39.1)** Caso definido pelas Entidades e indicado no item "**TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS**", o presente benefício tem como objetivo a geração de boletos, controle e arrecadação de contribuições convencionadas pelas Entidades, proporcionando maior facilidade às empresas e gerando maior controle às Entidades.
- 39.2)** Ficará à disposição das entidades um sistema on-line para a geração e impressão dos boletos, o qual poderá identificar nominalmente os trabalhadores do segmento e seus empregadores, além do envio por e-mail do aviso mensal de disponibilidade do boleto e envio de cobrança em caso de inadimplência.
- 39.3)** Devido as peculiaridades técnicas e operacionais deste benefício, a seu critério, a gestora contratará empresas especializadas, especificamente para prestar estes serviços. Qualquer arrecadação em nome das entidades deverá ser encaminhada em sua totalidade para as mesmas, as quais são as responsáveis legais pelo acordado na convenção coletiva de trabalho.

40.) DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 40.1)** Caso o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho assinada pelas Entidades contenham informações divergentes com este Manual de Orientação e Regras, prevalecerá a condição prevista neste.
- 40.2)** O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.
- 40.3)** A declaração de fatos inverídicos ou informações falsas, com a finalidade de fraude, poderá vir a constituir crime na forma da lei.
- 40.4)** Caso haja, planilhas de custos e editais de licitações, deverá constar a provisão financeira para cumprimento do Benefício Social Familiar, para preservar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, em consonância com o artigo 444

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

da CLT. Alertamos que tal procedimento se faz necessário em virtude de existir jurisprudência sobre casos de empresas que sofreram impugnação em licitações em virtude de não haver planilhado o Benefício Social Familiar, inclusive com implicações danosas ao tomador de serviços, devido a responsabilidade subsidiária.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO E REGRAS
Benefício Social Familiar

41.) BENEFÍCIO DEFINIDOS PELAS ENTIDADES:

- 41.1)** Os benefícios sociais definidos pelas Entidades serão disponibilizados nos valores e número de parcelas indicados na "TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS" a seguir.
- 41.2)** A disponibilização dos benefícios sociais está vinculada ao boleto expresso no valor de **R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos)** e que deverá ser gerado no site da gestora: www.beneficiosocial.com.br.
- 41.3)** Em razão dos benefícios sociais e valores serem diferenciados ao segmento profissional de cada Entidade, a "TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS" de cada segmento será registrada em cartório, em momento oportuno.

TABELA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS

BENEFÍCIOS INDICADOS NO	BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS				NÚMERO DE PARCELAS	VALORES EM R\$
	TRABALHADOR	CÔNJUGE	FILHOS MENORES	EMPRESA		
ITEM "10"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	01	390,00
ITEM "11"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	01	100,00
ITEM "12"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	01	500,00
ITEM "13"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "14"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "15"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	01	1.100,00
ITEM "16"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	00	100,00
ITEM "17"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	12	665,00
ITEM "18"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	12	280,00
ITEM "19"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	01	2.240,00
ITEM "20"	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	01	900,00
ITEM "21"	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	01	1.100,00
ITEM "22"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "23"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "24"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "26"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "27"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "28"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "29"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "30"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "31"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "32"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "33"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "34"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "35"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "36"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "37"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "38"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00
ITEM "39"	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	00	0,00